

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Sr. Chico Alencar)

Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca da autorização dada pelo governo para pagar R\$ 469 milhões para desapropriar uma fazenda no interior do Goiás.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, as seguintes informações:

Considerando a importância de seguirmos os preceitos elencados pela Constituição Federal, em seu artigo 37, no que tange à principiologia da Administração Pública, em especial a moralidade e a publicidade, indagamos:

- 1) Matéria da revista “Veja”, do dia 30 de novembro de 2016, noticiou que Vossa Excelência teria autorizado o pagamento de R\$ 469 milhões para a desapropriação de uma fazenda no interior do Goiás. Ainda segundo a revista, o procurador do Incra, Junior Divino Fideles, não se sentiu confortável em cancelar o negócio e outros funcionários dizem

inexistir os requisitos necessários não foram cumpridos. Por fim, há informação de servidores do Incra avaliam que o preço foi “quatro vezes maior que o preço de mercado”. Veja está assemelhando esta situação com a que culminou na queda do ex-Ministro Geddel Vieira Lima. Diante de tais acusações, questiono:

- a) Como está a situação referente à Fazenda “Estreito da Ponte Pedra”?
- b) Houve pagamento em razão da desapropriação?
- c) Se sim, qual foi o valor e qual foi a razão para a desapropriação? Houve estudos técnicos? Assinados por quem?
- d) O senhor entrevistou neste processo em algum momento para facilitar seu andamento?
- e) O Deputado Jovair Arantes confirmou à revista que Vossa Excelência entrevistou para que o processo andasse. Segundo a revista, o Deputado afirmou: “Ele fez. E, de fato, é o que tem de fazer mesmo”. É verdade que o senhor fez? Se não, o deputado mentiu para a revista? Por qual razão o Deputado Jovair Arantes teve conhecimento tão preciso sobre o caso?

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento vem se somar aos esforços da sociedade para que o poder instituído preste informações e seja transparente em suas escolhas. Os processos traumáticos pelos quais passamos exigem mudança drástica de conduta. É necessário à legitimidade de qualquer governo numa democracia a exposição de seus valores e suas reais preocupações ao tomar decisões. Com o fito de expandir essas oportunidades e fortalecer o papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática, pedimos tais esclarecimentos.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 6 de dezembro de 2016.

Deputado **CHICO ALENCAR**
PSOL/RJ